



INFORMAÇÕES SOBRE A POSSE

Nos termos do item 5 do Edital os requisitos básicos para investidura no cargo são:

- a) Ter sido aprovado e classificado no concurso público;
- b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º, artigo 12, da Constituição Federal de 1988;
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- d) Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo/especialidade;
- f) Possuir, na data da posse, os requisitos exigidos para o cargo, conforme estabelecido no item 2 do edital;
- g) Apresentar outros documentos que se fizerem necessários à época da posse.
- h) Cumprir as determinações deste edital.
- i) Não ter sido, nos últimos cinco anos, na forma da legislação vigente:
 - 1- responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou, ainda, do Conselho de Contas do Município;
 - 2- punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera do governo;
 - 3- condenado em processo criminal por prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei n.º 7.492, de 16 de junho de 1986, e na Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.

Os documentos necessários (*original e cópia*), para efeito de nomeação, posse e exercício, são os indicados a seguir:

- Comprovante de endereço;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de Escolaridade;
- Comprovação do 1º emprego;
- Comprovante de Conta Corrente;
- Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição, ou justificativa eleitoral;
- Certificado de Reservista;
- PIS/PASEP (quando já for inscrito no Programa);
- Duas fotografias 3 X 4;
- Declaração de Bens e Declaração de Renda nos termos da Portaria Interministerial [MP/CGU Nº 298, DE 6 DE SETEMBRO DE 2007](#);
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- Certidão de Nascimento dos filhos ou dependentes e Declaração de Dependência Econômica;
- No caso de dependente excepcional - Laudo Médico, comprovando que o



desenvolvimento biológico, psicológico e motricidade do dependente, correspondente à idade mental relativa a, no máximo, 6 anos;

- No caso de dependente sob tutela do servidor – Termo de Tutela ou Termo de Adoção;
- No caso de servidor separado ou divorciado - Comprovante de Guarda Legal do (s) dependente(s).

Para efeito de avaliação da capacidade física e mental do candidato, conforme estabelecido no art.14 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fornecer atestado médico de aptidão física e mental fornecido por médico integrante do serviço público federal ou do Sistema Único de Saúde.

De forma a permitir uma análise preliminar do perfil profissional facultando a definição da lotação mais compatível com as necessidades da Agência e adequados aos conhecimentos indicados por cada candidato, preencher formulário disponibilizado.

Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Setor de Edifícios de Utilidade Pública – SEPN

Quadra 514 – Conjunto “E” - Edifício ANTAQ – CEP 70760-545 – Brasília – DF

Fone: (61) 2029-6835 – Email: antag@antag.gov.br – Portal: www.antag.gov.br